

## As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim

Etienne FRANÇOIS<sup>1</sup>

Desde mais ou menos um quarto de século se observa na Europa e nos países ocidentais bem como em outros continentes, uma verdadeira explosão memorial.<sup>2</sup> Novo imperativo categórico de um mundo secularizado, a memória é objeto de uma valorização sem equivalente, a ponto mesmo de suplantar a História. A que se deve essa conjuntura memorial? Como as ciências sociais e a História tentam superar o desafio da memória? Quais são, enfim, as novas evoluções em curso e quais as novas relações que se estabelecem entre memória e História? São essas as três questões que serão sucessivamente abordadas nesse artigo.

### A ERA DA MEMÓRIA E DA COMEMORAÇÃO

Quando falamos atualmente em memória, o que evocamos? A singularidade das abordagens atuais sobre o tema está no fato de que sob o termo “memória” nos referimos não tanto à memória individual, tal como foi descrita e estudada por gerações de escritores e filósofos, de Santo Agostinho à Proust, Bergson ou Freud, mas à memória coletiva, tal como foi teorizada pela primeira vez entre as duas grandes guerras mundiais, pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1925, 1950). Em outras palavras, trata-se da memória de grupos e eles mesmos de natureza muito variada no que concerne a geração, profissão ou região, até a nação ou comunidade ideológica e política. Coletiva, essa memória é mais que a soma de memórias individuais de membros do grupo em questão. É constituída pela interação entre eles, repousa sobre as trocas e representa um patrimônio imaterial que contribui a unir os membros de um grupo e lhes permite se situar no passado, no presente e no futuro. Isso nos leva a dizer que a memória coletiva é uma realidade antes de tudo social e política, cultural e simbólica.

Um pouco por todos os lugares, a memória entendida nesse sentido é objeto de uma forte valorização. Elevada ao nível de imperativo categórico de sociedades secularizadas, a máxima do Quebec “Eu me lembro” se tornou universal e se une a outro imperativo: “Não esqueçamos jamais”. Trata-se de um fenômeno transnacional de grande amplitude e que todos os observadores concordam em reconhecer o que Pierre Nora define como a entrada na “Era da comemoração” (NORA, 1992); o que Henry Rousso (1998) aborda como “sombra do passado” ou como Aleida Assmann e Ute Frevert (1999) definem, a “Geschichtsbesessenheit”. A percepção da memória como uma realidade fundamentalmente

---

<sup>1</sup> Professor de História da Universidade Livre de Berlim.

<sup>2</sup> À título de exemplo ver o número 94 (abril-junho 2007) da revista *Vingtième siècle, revue d'histoire* com introdução de Henry Rousso e consagrada à Memórias Europa-Ásia.

positiva e indispensável tem por conseqüência a invocação de um “dever de memória” elevado ao nível de imperativo ético e político. O culto da memória toma então o lugar da reverência à História como autoridade invisível. Em todos os lugares essa memória se afirma reivindicatória e conquistadora, ao mesmo tempo que, denunciando o ostracismo ou a rejeição da qual teria sido vítima, reclama reconhecimento público e exige que se dê o lugar que ela merece.

A inversão simétrica dessa valorização da memória é o descrédito atribuído ao esquecimento. Ainda que seja parte constitutiva da memória, o esquecimento é percebido negativamente, lançado ao repúdio. Percebe-se nele um perigo e uma ameaça contra os quais não se saberia fazer frente. Essa rejeição ao esquecimento não surpreende: de fato ele é o contraponto do conto de Jorge Luis Borges sobre o “mnemopata” *Funes, el memorioso* que sofre da impossibilidade de esquecer e em razão disso não consegue viver, o que se opõe de maneira frontal ao elogio do esquecimento proclamado por Nietzsche como marca dos fortes, que vivem em plenitude e se inscreve contra a observação de Renan dizendo, em seu célebre discurso proferido na Sorbonne, que o que funda uma nação não são apenas as lembranças compartilhadas mas também os esquecimentos compartilhados. Dentre as inúmeras razões que podem dar conta desse descrédito lançado ao esquecimento, duas me parecem ser fundamentais: de um lado a formulação no Direito internacional por ocasião dos processos de Nuremberg da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade- noção que se tornou universalmente reconhecida e aceita; e de outro a modificação da relação com o tempo em nossas sociedades e a importância crescente daquilo que François Hartog (2003) chamou de “presentismo”.

Essa valorização da memória faz par com a prioridade dada à memória dolorosa- em detrimento da memória gloriosa- e sobretudo à memória dolorosa do século XX (MINK; NEUMAYER, 2007). Mais do que nunca se verifica o que Renan havia observado em seu discurso de 1882, ou seja, que o trágico é constitutivo da memória. Uma das conseqüências mais importante dessa evolução, ligada ao traumatismo da Shoah e à emergência de uma memória judaica transnacional, é a constituição da vítima, figura central da memória. Em contraste com os períodos nos quais a figura central da memória era o herói e o combatente- logo a pessoa que voluntariamente se oferecia em sacrifício, aceitando o risco de morte e conferindo-lhe um sentido-, a vítima, na compreensão que temos hoje é identificada com a inocência. Transfigurada pela injustiça e perseguições que são lançadas sobre ela adquire uma aura particular e direitos imprescritíveis - reconhecimento, status específico e até mesmo indenizações (TRAVERSO, 2005).

Mas por um efeito perverso, essa valorização da vítima engendra por conseqüência uma dinâmica de “concorrência de vítimas” acentuada por vezes pela parcelização de

culturas memoriais e internacionalização da memória (CHAUMONT, 1997). Daí o insolúvel conflito de memórias que se pode observar um pouco por todos os lugares- um conflito que os politicólogos propuseram chamar de “competing narratives”- e a incapacidade de instâncias de Estado em normalizar e unificar as memórias coletivas pela promulgação de novas “leis memoriais”(RÉMOND, 2006; RIOUX, 2006).

Considerando que os objetivos dos debates sobre o passado e a memória são antes de tudo políticas que, engajando as subjetividades pessoais e comunitárias, mobilizam largos setores da opinião pública e são marcados por uma forte emotividade, percebe-se que ao abordar esse tema, tocamos em representações, valores e afetos fundadores de comunidades e identidades- quer se trate de identidade de grupo, de uma coletividade, de uma nação ou de uma família ideológica e religiosa (HARTOG; REVEL, 2001 ; CRIVELLO; GARCIA; OFFENSTADT, 2006). Isso explica a imensa variedade de protagonistas que tomam parte no debate sobre o passado e a memória- políticos, publicitários, juristas, jornalistas, porta-vozes de grupos ou comunidades, testemunhos (WIEVIORKA, 1998), mas também de lugares de discussão- parlamentos, tribunais, imprensa, televisão, rua, salas de encontro, etc. Nesses debates o lugar dos historiadores de profissão é cada vez mais periférico. Solicitados por uns e outros a “dizer a verdade”, eles são protagonistas entre os demais e se acontece que alguns- como foi o caso de Bronislaw Geremek na Polônia- exercem um papel de primeiro plano, isso tem menos a ver com sua competência científica e universitária, que à sua autoridade moral e política.

## **A HISTÓRIA FACE AO DESAFIO DA MEMÓRIA**

Para as Ciências Sociais e mais especialmente para a História como disciplina de pesquisa, a emergência e tomada de força da memória representa um desafio de primeira importância. Sua reivindicação de subjetividade e normatividade vai ao encontro dos princípios constitutivos da pesquisa científica e coloca em questão a pretensão dos historiadores profissionais senão a ter o monopólio da interpretação do passado, ao menos a ser os melhores colocados para o reconstituir tão objetivamente quanto possível. Os defensores da memória como os “empreendedores de memória” não tem em comum denunciar a cegueira e a tirania do que se chama “História oficial”, reprovando-a como opressora das memórias e assim impedindo-as de se expressar e reconhecer?

Face a um tal desafio, a reação dos historiadores foi a de reverter as relações entre memória e História, fazendo da memória um objeto da História. O objetivo ao qual se entregaram era o de estudar a maneira pela qual, no tempo e espaço, diferentes grupos sociais e culturais se situaram face ao passado e inicialmente face ao seu passado. O pioneiro nessa matéria foi o historiador francês Pierre Nora que nos finais dos anos 1970 se

dedica, no quadro de seu Seminário na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, a fazer a História da cultura memorial da França da III República, desde sua gênese e formação, até seu enfraquecimento e desaparecimento.

Com caráter experimental na época em que foi lançada, essa pesquisa partia de uma dupla constatação: a oposição radical entre História e memória, de um lado e do outro o desaparecimento dos “meios de memória” que asseguravam a vida e a transmissão dessa memória republicana, subsistindo apenas os lugares emblemáticos e simbólicos, testemunhos de tempos desaparecidos. Pierre Nora retomando uma expressão da retórica e da mnemônica da Antiguidade, propõe chamar esses lugares de “lugares de memória”. A medida que amplia seu uso, esse conceito se transforma de experimental e limitado, quando de seu lançamento, para progressivamente ir se transformando em um novo modo de escrita da História da França, uma “História em segundo grau” que compreende a História do país como uma realidade simbólica cuja ambição é reconstruir a maneira pela qual os franceses, no decorrer de séculos e na diversidade que os caracteriza, se situaram face a seu passado. Previsto no começo para contar com quatro volumes, esse empreendimento chegou a seu final com sete volumes: “A República” publicado em 1984, “A Nação”, em 1986 e “As Franças”, de 1992 sob a forma de três volumes ainda mais volumosos que os precedentes.<sup>3</sup> Esses sete volumes totalizam algo em torno de seis mil páginas, cento e vinte autores (em sua maior parte franceses) que estiveram associados a uma pesquisa cuja ambição era de inventariar e analisar em sua gênese e evolução, as “unidades significativas, de ordem material ou ideal, cuja vontade dos homens e o trabalho do tempo fizeram com que se tornassem elementos simbólicos do patrimônio memorial da França”. Quanto a noção de “lugar de memória”, essa foi elevada ao nível de um novo paradigma de pesquisa com valor universal.

A resposta encontrada por esse novo modo de escrita da História foi tão ampla quanto rápida. Em alguns anos a noção de “lugares de memória” tinha adquirido uma tal popularidade que acabou entrando para o “Petit Robert”, ou seja, o dicionário da língua francesa viva. Aparecendo de início em versão seriada foram, na sequência, publicados em formato de livro de bolso e vendidos mais de cem mil exemplares. Dez anos após esse trabalho, seu promotor Pierre Nora era eleito para a Academia Francesa e tomava lugar entre aqueles que, na França, são denominados como “imortais”

Muito rapidamente o exemplo dos “Lugares de memória” em razão do sucesso que conheceu na França, fez escola em alguns países estrangeiros, particularmente após a queda do Muro de Berlim, vivido como a expressão da morte da “grande narrativa” (*master narrative*) marxista e como a morte de todas as “grandes narrativas”. O primeiro país a seguir esse

---

<sup>3</sup> Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire*. T. I : *La République*, Paris 1984 ; T. II : *La Nation*. Paris 1986. 3v. ; T. III : *Les France*. Paris 1992. 3v.

exemplo foi a Itália: três volumes com o título de “I luoghi della memória” apareceram entre 1996 e 1997. Publicados sob a direção de Mario Isnenghi, um historiador veneziano especialista na História da Primeira Guerra Mundial, esses três volumes compreendem 74 artigos redigidos em sua maior parte por historiadores italianos e reagrupados em três conjuntos: símbolos e mitos da Itália unificada; personagens e datas da Itália unificada; estruturas e acontecimentos da Itália unificada.<sup>4</sup> A Alemanha tomou a sequência com o surgimento em 2001 de três volumes publicados sob o título “Deutsche Erinnerungsorte”. Sob a direção conjunta de Hagen Schulze, professor de História na Universidade Livre de Berlim e exímio conhecedor do sentimento nacional alemão, e pelo autor desse artigo, essa publicação reagrupa 121 artigos redigidos por autores alemães e estrangeiros. Compreende a totalidade da História alemã da Antiguidade a nossos dias e cumpre um papel importante sobre o que propusemos denominar “lugares de memória compartilhadas” que são comuns aos alemães e a seus vizinhos e que, de acordo com cada situação, os aproximam ou opõem (FRANÇOIS; SCHULZE, 2007).

A Austria seguiu o mesmo caminho e, entre 2005/2006 lançou uma publicação em três volumes sob a direção de Emil Brix, Ernst Bruckmüller e Hannes Stekl. A originalidade dessa publicação é de partir claramente do presente: a escolha dos “lugares de memória” a estudar foi largamente elaborada a partir de resultados de uma sondagem de opinião sobre as “figuras memoriais constitutivas da memória austríaca”. Essa publicação apresenta 43 entradas que vão do mito dos Habsbourg e de Mozart aos heróis esportivos e à cozinha austríaca.<sup>5</sup> Em 2006/2007 foi a vez dos Países Baixos com uma publicação em quatro volumes dirigidos por Henk Wesseling. O principal objetivo dessa publicação foi o de historicizar e desmistificar os lugares de memórias holandeses os quais os autores escolheram nomear como “plaasten von Herinnering”: um total de 164 lugares, indo da pré-História a nossos dias, foram objetos de artigos envolvendo 150 autores. Esses lugares possuem a particularidade de serem todos geograficamente localizados (mesmo se, como nas demais publicações, sua materialidade não se reduz ao geográfico e se estende às dimensões políticas e sociais, culturais e simbólicas). Dentre esses lugares, 68 se situam fora das fronteiras atuais do reino, o que mostra a ambição “global” desse projeto.<sup>6</sup> No mesmo ano de 2007 vimos, enfim, o aparecimento de dois volumes consagrados a outros espaços: de um

---

<sup>4</sup> Mario Isnenghi (dir.), *I luoghi delle memoria*. I : *Simboli e miti dell'Italia unita*; II : *Personaggi e date dell'Italia unita*; III : *Strutture e eventi dell'Italia unita*. Roma-Bari, 1996-1997.

<sup>5</sup> Emil Brix, Ernst Bruckmüller et Hannes Stekl (dir.), *Memoria Austriae*. tome 1: *Menschen, Mythen, Zeiten*. Vienne/Munich, 2004; tome 2: *Bauten, Orte, Regionen*. Vienne/Munich, 2005; tome 3: *Unternehmer, Firmen, Produkte*. Vienne/Munich, 2005.

<sup>6</sup> Henk Wesseling (dir.), *Plaatsen van herinnering*. T.I: Wim van den Doel (dir.), *Nederland in de twingtste eeuw*. Amsterdam, 2005; T.II: Jan Bank et Marita Mathijssen (dir.), *Nederland in de negentiende eeuw*. Amsterdam, 2006; T.III: Maarten Prak (dir.), *Nederland in de zeventiende en achttiende eeuw*. Amsterdam; T. IV: Herman Pleij et Wim Blockmans (dir.), *Nederland van prehistorie tot beeldenstorm*. Amsterdam, 2007.

lado um volume bilingüe, ricamente ilustrado e bem problematizado, que se destina a inventariar e analisar os traços do passado em Luxemburgo atual, em uma perspectiva desconstrutivista e pluralista;<sup>7</sup> de outro o primeiro volume de uma série destinada a seguir sobre os “lugares da memória russa”. Sob a direção de Georges Nivat, excelente conhecedor da literatura nacional, esse primeiro volume foi escrito em sua maior parte por autores de origem russa mas apresenta a particularidade de ser publicado em francês e portanto se dirigir a um público francófono.<sup>8</sup>

Todas essas publicações possuem em comum o fato de se aproximar do modelo dos “lugares de memória”. Todas possuem o mesmo objetivo de historicizar, contextualizar e complexificar as culturas memoriais. Todas são o resultado de empreendimentos coletivos situados na interface entre a pesquisa universitária e a vontade de participar do debate público. Todas, enfim, são contemporâneas dado que suas datas de aparição vão de 1984 à 2007. Em razão dessa concomitância e de seus parentescos, poderíamos esperar que abrissem caminho a fecundas comparações européias e transnacionais. Entretanto é preciso constatar que isso não ocorreu. De um projeto a outro, de fato, as diferenças são fortes: essas são em primeiro lugar pela profundidade cronológica: os “lugares de memória” italianos se limitam ao período posterior à unificação italiana (1870); os “lugares de memória” austríacos e luxemburgueses partem do presente, ao passo que os “lugares de memória” franceses, alemães, holandeses e russos remontam à Antiguidade ou mesmo à Pré-História. A mesma disparidade se observa nas formas de classificação escolhidas: os “lugares de memória” franceses, italianos, austríacos e russos são estruturados de maneira temática; os alemães são reagrupados em torno de noções centrais geralmente intraduzíveis (de “Bildung” a “Volk”); o holandês, enfim, são classificações de acordo com uma ordem que mistura a cronologia e a geografia.

A que se devem essas diferenças que limitam a comparação entre as publicações aqui apresentadas? Elas remetem em parte às escolhas feitas pelos diretores dessas publicações, em parte pelas diferenças de cultura memorial existente de um país a outro e por fim ao fato de que, na maioria dos casos, a perspectiva nacional é forte, exclusiva mesmo, sendo

---

<sup>7</sup> Sonja Kmec ; Benoît Majerus ; Michel Margue ; Pit Péporté (dir.), *Lieux de mémoire au Luxembourg. Usages du passé et construction nationale; Erinnerungsorte in Luxemburg. Umgang mit der Vergangenheit und Konstruktion der Nation*. Luxembourg, 2007.

<sup>8</sup> Georges Nivat (dir.), *Les sites de la mémoire russe*. tome 1 : *Géographie de la mémoire russe*. Paris, 2007. Voir également pour la Belgique : Gert Buelens, Gita Deneckere, Sophie de Schaepdrijver et Jo Tollebeck (dir.), *België, een parcours van herinnering*. T.I : *Plaatsen van geschiedenis en expansie* ; T.II : *Plaatsen van twwedracht, crisis en nostalgie*. Amsterdam, 2008.

obstáculo (salvo nos casos alemão, holandês e luxemburguês) a tomar em conta as perspectivas européias e transnacionais.<sup>9</sup>

## **NOVOS AVANÇOS**

Desde o lançamento do empreendimento “os lugares de memória” dirigido por Pierre Nora e paralelamente ao desenvolvimento de publicações como um prolongamento do mesmo, o estudo das relações entre memória e História avançou em uma tripla direção.

A primeira direção consiste em examinar de maneira mais específica o que se entende por memória bem como as ligações entre memória e ciências sociais. Numerosas pesquisas foram direcionadas nesse sentido, conduzidas em parte por historiadores mas também por neurocientistas, filósofos, politicólogos ou sociólogos. Nesse rápido sobrevôo, me contentarei em evocar rapidamente as obras que apareceram na França e Alemanha, e que me parecem mais significativas.

No campo das chamadas “neurociências” destaco em particular as pesquisas de Wolf Singer, diretor do Instituto Max-Planck de pesquisas sobre o cérebro, em Franckfurt. Em seu instituto, por suas publicações e pelo vínculo com pesquisadores em vários lugares do mundo, analisa os mecanismos fisiológicos e nervosos que estão na base dos processos memoriais: como e em base a quais mecanismos, os indivíduos guardam a memória de experiências passadas? Como lembranças e esquecimentos se organizam no interior da memória? Como as lembranças, uma vez registradas no cérebro, evoluem? Como opera a reatualização dessas lembranças ou, ao contrário, seu enfraquecimento?<sup>10</sup> (SINGER, 2002).

Entre as pesquisas desenvolvidas no campo das Ciências Sociais destaco em particular quatro autores: em primeiro lugar Jan e Aleida Assmann, ele especialista em Egito Antigo e ela em literatura inglesa. Em suas publicações mostram não apenas a que ponto a memória coletiva é uma realidade complexa e englobante, como também propõem diferenciar dois tipos de memória coletiva, a “memória comunicativa”, de um lado (quer dizer a memória elaborada por uma coletividade sob a base de experiências vividas, logo uma memória próxima, emocional, política, interativa e controversa), e a “memória cultural”, a memória de longa duração de uma sociedade, transmitida por instituições e especialistas, uma memória menos afetiva e igualmente menos conflitiva (ASSMANN, 1992; ASSMANN, 2006).

Em segundo lugar a politicóloga Marie-Claire Lavabre (1991; 1994) que após uma pesquisa aprofundada sobre a memória comunista na França propôs meios de diferenciar

---

<sup>9</sup> Para maiores detalhes ver o excelente artigo de Kornelia Kończal, Pierre Noras folgenreiches Konzept von *lieux de mémoire und seine Re-Interpretationen: ein vergleichender Überblick* a ser publicado na Revista *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*.

<sup>10</sup> Ver igualmente a esse respeito as pesquisas sobre a memória do Prêmio Nobel de Medicina Eric Kandel, In: *Search of Memory: The emergence of a new science of mind*. New-York, 2007.

dois modos opostos de relação entre passado e presente, o “peso do passado”, de um lado - situação na qual a presença de um passado geralmente traumático é tal que o presente e a construção do futuro estão na dependência de um passado ao qual não querem nem podem escapar, e de outro, situação na qual ao contrário a iniciativa parte do presente e os atores vão buscar no passado as referências e argumentos necessários para o presente e futuro que desejam construir.

Em terceiro lugar a literata Astrid Erll (2005) que mostrou o papel determinante desempenhado pelas construções de narrativas, as estratégias discursivas, o jogo de influências e imagens (no sentido próprio e figurado) na formação e evolução das culturas memoriais.

Em quarto lugar o psicólogo Harald Welzer (2001, 2002) que, após trabalhar sobre a “memória dos carrascos”, elaborou uma teoria da lembrança e da memória levando em conta os dados de pesquisas mais recentes.

No que se refere aos historiadores, as pesquisas mais inovadoras foram levadas a termo no campo da História Medieval. Partindo do papel determinante desempenhado pela “memória” na cultura e sociedade do Ocidente cristão, esses historiadores - tais como Jacques Le Goff (1988), Otto-Gerhard Oexle (2007), Johannes Fried (2004) ou ainda Olaf Rader (2003) – mostraram como a memória se inscreve em contextos políticos e simbólicos, culturais e institucionais, sociais e topográficos, nos quais é por vezes o produto e o ator, e como as estruturas então elaboradas marcaram em profundidade a evolução posterior da Europa.

Ao lado dos medievalistas é conveniente evocar as pesquisas desenvolvidas por especialistas da História do tempo presente, dispersos em vários lugares da Europa e fora dela, para tentar desembaraçar os meandros complexos da relação entre memória e política. Um nome será suficiente para essa abordagem, o do historiador francês Henry Rousso, conhecido, sobretudo, por seus trabalhos sobre a memória de Vichy e da Segunda Guerra Mundial (ROUSSO, 2001).

Do ponto de vista filosófico a obra de longe mais importante é o grande livro de Paul Ricoeur (2000) sobre a memória, a História e o esquecimento, que constitui ao mesmo tempo seu testamento e o apogeu de pesquisas que vinha desenvolvendo, desde muito tempo, sobre a escrita da História. A contribuição principal desse livro é de ultrapassar a oposição habitualmente feita entre a memória e a História (a posição de partida de Pierre Nora), para mostrar as similitudes entre as duas, suas imbricações e as modalidades de suas determinações recíprocas. E mesmo se é verdade, nos diz Paul Ricoeur, que graças ao “pacto de verdade” sobre o qual ela repousa, a História, enquanto disciplina de pesquisa, se diferencia profundamente da memória e tem uma envergadura potencialmente universal, as

relações entre História e Memória não se tornam menos desiguais e assimétricas à medida que a memória está antes da História, à volta dela e posterior a ela. A reflexão levada a termo por Paul Ricoeur sobre as relações entre memória e História, mas também entre tempo e História, encontra seu prolongamento nos trabalhos do historiador francês François Hartog (2003) sobre o que ele propôs denominar de “regime de historicidade”, quer dizer, sobre a evolução na História da importância respectiva do passado, do presente e do futuro, e as relações que estabelecem entre si- com as consequências sobre a escrita da História.

O sucesso internacional dos “lugares de memória” suscitou uma reflexão crítica sobre a envergadura, mas também sobre as insuficiências e limites dessa abordagem. Dois autores, o historiador americano Steven Englund (1992, 1994) e o literato austríaco Moritz Csáky (s.d.), apresentaram as melhores formulações dessas críticas. Tanto um como o outro destacaram, de início, que os “lugares de memória” não são nem um conceito, nem um método, menos ainda uma teoria ou um paradigma; são mais do que tudo uma nova abordagem a qual a fecundidade é inseparável da imprecisão da noção, de seu caráter metafórico mas também de inúmeros mal-entendidos que ela suscitou. Como outros críticos, S. Englund e M. Csáky destacaram o caráter muitas vezes aleatório, por vezes arbitrário, dos “lugares” nas publicações antes mencionadas, o fato que um grande número de autores solicitados não tivessem verdadeiramente compreendido o que é um “lugar de memória”, o lado “ensaísta” (no sentido negativo do termo) de numerosas publicações reivindicando a abordagem de lugares de memória.

Um segundo conjunto de críticas refere-se à visão na maior parte das vezes reducionista da memória presente, tanto em Pierre Nora quanto em seus sucessores e imitadores: muitas vezes o estudo da memória se reduz àquele das comemorações e políticas memoriais, em uma perspectiva que privilegia os atores institucionais, políticos e culturais, ao passo que as dimensões não políticas, sociais, afetivas, “vivas” das memórias são pouco levadas em conta. A crítica mais forte recai, enfim, sobre a escolha privilegiada do quadro nacional para a condução de pesquisas. Fazendo do quadro nacional o arcabouço estrutural dos estudos de memória, esse adquiriu uma importância incontestável, se fazendo impor como um dado por si na medida que conduz a desvalorizar os outros horizontes possíveis de construção e inscrição de culturas memoriais, quer se trate de escalas locais, regionais ou transnacionais. Nesse sentido, os trabalhos tiveram um efeito perverso: levados, de início, numa perspectiva desconstrutivista, acabaram desembocando sobre uma legitimação e reforço da instância nacional.

Influenciadas pelo novo contexto internacional mas igualmente estimuladas pelas críticas, as novas pesquisas, de fato, se desdobram em uma perspectiva na maior parte das vezes europeia, transnacional e internacional. Os pioneiros na matéria foram o jornalista

holandês Geert Mack, e um historiador britânico que ensina atualmente nos Estados Unidos, Tony Judt. Ambos consideram que a ruptura acontecida em 1989/1990 obriga a reler com um olhar novo o conjunto da História da Europa (e colateralmente, do mundo). Os dois propuseram uma releitura “européia” da História da Europa no século XX, Geert Mack (2004) por meio de uma viagem através da Europa, indo de cidade em cidade para melhor apreender as relações, imbricações, transferências e rejeições, as rupturas e continuidades constitutivas da História européia do século XX, enquanto Tony Judt por uma releitura da História da História da Europa após 1945 conferindo um lugar de primeira importância às semelhanças estruturais entre a evolução de países ocidentais e os da Europa do Leste, mas também às similitudes dos objetivos de memória comuns aos quais uns e outros foram confrontados (mesmo se as respostas que aportaram diferem profundamente uns dos outros<sup>11</sup> (JUDT, 2005).

Duas outras iniciativas coletivas merecem igualmente menção. A primeira foi a de Moritz Csáky e Peter Stachel em estudar um certo número de “lugares de memória” transnacionais representativos da Europa central e oriental.<sup>12</sup> A segunda está atualmente em curso pela iniciativa do Centro de pesquisas históricas da Academia polonesa de Ciências em Berlim, sob a direção de Robert Traba. Lançada em 2006 com a participação de um historiador alemão de Oldenbourg, Hans-Henning Hahn, busca estudar, em quatro volumes, numa perspectiva da História comparada e de História das transferências culturais, um vasto conjunto de “lugares de memória” germano-poloneses.<sup>13</sup>

Em decorrência enfim da extensão da União Européia à quase totalidade do espaço europeu, as dinâmicas de convergência observadas entre numerosos países europeus, as novas dimensões tomadas na Europa pelos debates sobre a “presença do passado” mas também o interesse crescente dado à questão das memórias européias<sup>14</sup> (BUCHINGER; GANTET; VOGEL, 2009), observa-se que várias iniciativas fazem do estudo das memórias européias seus objetos, tal como se vê recentemente tanto na França quanto na Alemanha.<sup>15</sup> O movimento parece bem lançado e tudo leva a pensar que daqui a alguns anos teremos

---

<sup>11</sup> Sobre os anos 1914-1945, ver igualmente o livro de Enzo Traverso. *A feu et à sang: De la guerre civile européenne 1914-1945*. Paris 2007.

<sup>12</sup> Moritz Csáky et Peter Stachel (dir.), *Speicher des Gedächtnisses*, Bibliotheken, Museen, Archive; T. I: *Absage an und Wiederherstellung von Vergangenheit, Kompensation von Geschichtsverlust*, Vienne 2000; T.II: *Die Erfindung des Ursprungs – Die Systematisierung der Zeit*, Vienne 2001; T. III, *Verortung des Gedächtnisses*, Vienne 2001.

<sup>13</sup> Para maiores detalhes verificar o site internet do Centro de Pesquisas históricas da Academia Polonesa de Ciências em Berlim, [www.panberlin.de](http://www.panberlin.de).

<sup>14</sup> Nesse mesmo contexto recordamos a abertura, em 2007 do Museu da Europa em Bruxelas cujo diretor científico é o historiador franco-polonês Krzysztof Pomian bem como o lançamento em 2006 e 2008 dos dois primeiros volumes do manual franco-alemão de história.

<sup>15</sup> Ver, a título de exemplo, as três publicações seguintes: Heinz Duchhardt (dir.), *Jahrbuch für Europäische Geschichte* n° 3 (2002) Themenschwerpunkt europäische Erinnerungsorte; Jean-Noël Jeanneney et Philippe Joutard (dir.), *Du bon usage des grands hommes en Europe*, Paris 2003; Etienne François, *Auf der Suche nach den europäischen Erinnerungsorten*, in: Helmut König, Julia Schmidt et Manfred Sicking (dir.), *Europas Gedächtnis, Das neue Europa zwischen nationalen Erinnerungen und gemeinsamer Identität*, Bielefeld 2008, p. 85-103.

“lugares de memória europeus” capazes de rivalizar com os “lugares de memória” nacionais, dialogando com esses de igual para igual.

\* \*

Em um quarto de século, a memória triunfante se impôs como uma realidade cultural, social e política de primeira importância. Desafiada pela História e pelas Ciências Sociais, sua presença é por vezes julgada como excessiva e incontáveis são as tomadas de posição denunciando o abuso e até mesmo a tirania da memória<sup>16</sup> (TERRAY, 2006).

Levados num primeiro momento a enfatizar a extrema oposição entre memória e História e, portanto, declarando-as incompatíveis, os historiadores em sua maioria, modificaram suas perspectivas. Eles reconhecem atualmente na memória uma realidade histórica essencial na qual estão inseridos e da qual são tanto atores como observadores. Em razão da especificidade de suas disciplinas, reverteram a perspectiva, se dedicando a historicizar a memória e se lançam a fazer dela um objeto da História.

Entre Memória e História, as relações foram transformadas em profundidade e atualmente o diálogo não leva ao conflito. Fica ao menos uma questão central, formulada por Paul Ricoeur e a qual ninguém até agora, quer se vinculando à História, quer à memória, foi capaz de trazer uma resposta convincente, uma vez que tal resposta se situa para além da História e da Memória: o que é uma “justa memória” e pode mesmo existir essa “memória justa”?

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Der lange Schatten der Vergangenheit**, Erinnerungskultur und Geschichtspolitik. Munich: [s.n.], 2006.

\_\_\_\_\_; FREVERT, Ute. **Geschichtsvergessenheit – Geschichtsversessenheit**. Vom Umgang mit deutschen Vergangenheiten nach 1945. Stuttgart: [s.n.], 1999.

ASSMANN, Jan. **Das kulturelle Gedächtnis**, Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen. Munich: [s.n.], 1992;

BUCHINGER, Kirstin; GANTET, Claire; VOGEL, Jakob (dir.). **Europäische Erinnerungsräume**. Francfort/M: [s.n.], 2009.

CHAUMONT, Jean-Michel. **La concurrence des victimes**, Génocides, identité, reconnaissance. Paris: [s.n.], 1997.

CRIVELLO, Maryline ; GARCIA, Patrick ; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). **Concurrence des passés**. Usage politiques du passé dans la France contemporaine. aix-en-Provence : [s.n.], 2006.

---

<sup>16</sup> Ver igualmente a esse sujeito o *Appel de Blois* lançado em outubro de 2008 por vários historiadores europeus sob a iniciativa de Pierre Nora : Pierre Nora et Françoise Chandernagor, *Liberté pour l'histoire*, Paris 2008.

CSÁKY, Moritz. **Die Mehrdeutigkeit von Gedächtnis und Erinnerung**. Ein kritischer Beitrag zur historischen Gedächtnisforschung, Beitrag aus dem Digitalen Handbuch zur Geschichte und Kultur Russlands und Osteuropas. [s.d.]. Disponível em: [www.vifaost.de/w/pdf/Csaky-gedaechtnis.pdf](http://www.vifaost.de/w/pdf/Csaky-gedaechtnis.pdf).

ENGLUND, Steven. De l'usage de la Nation par les historiens, et réciproquement. **Politix**, v.1, n. 26, p. 141-158, 1994.

\_\_\_\_\_. The Ghost of Nation Past. **Journal of Modern History**, 64, p. 299-320, 1992.

ERLL, Astrid. **Kollektives Gedächtnis und Erinnerungskulturen**. Stuttgart: [s.n.], 2005.

FRANÇOIS, Etienne ; SCHULZE, Hagen (dir.). **Deutsche Erinnerungsorte**. Munich : [s.n.], 2001. 3 vol. Traduction française partielle sous le titre Mémoires allemandes, Paris 2007.

FRIED, Johannes **Der Schleier der Erinnerung**, Grundzüge einer historischen Memorik. Munich: [s.n.], 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris : [s.n.], 1925.

\_\_\_\_\_. **La mémoire collective**. Paris: [s.n.], 1950.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps. Paris: [s.n.], 2003.

HARTOG, François ; REVEL, Jacques (dir.). **Usages politiques du passé**. Paris: [s.n.], 2001.

JUDT, Tony. **Postwar: a history of Europe since 1945**. [s.l.]: Penguin, 2005.

LAVABRE, Marie-Claire. Du poids du passé et du choix du passé. in: PESCHANSKI, Denis ; POLLACK, Michael ; ROUSSO, Henry (dir.). **Histoire politique et sciences sociales**. Paris: [s.n.], 1991. p. 265-278.

\_\_\_\_\_. **Le fil rouge**. sociologie de la mémoire communiste. Paris: [s.n.], 1994,

LE GOFF, Jacques. **Histoire et mémoire**. Paris: [s.n.], 1988.

MAK, Geert. In: **Europa**. Amsterdam/Anvers: [s.n.], 2004.

MINK, Georges et NEUMAYER, Laure (dir.). **L'Europe et ses passés douloureux**. Paris: [s.n.], 2007.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: \_\_\_\_\_. (dir.). **Les lieux de mémoire**. Paris: [s.n.], 1992. p.976-1012. Tome III, Les France, volume 3, De l'archive à l'emblème.

OEXLE, Otto-Gerhard. **Erinnern, Bewahren, Erinnerung fruchtbar machen**. Göttingen: [s.n.], 2007.

RADER, Olaf. **Grab und Herrschaft**, Politischer Totenkult von Alexander dem Großen bis Lenin. Munich: [s.n.], 2003.

REMOND, René. **Quand l'Etat se mêle d'histoire**. Paris: [s.n.], 2006.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: [s.n.], 2000.

RIOUX, Jean-Pierre. **La France perd la mémoire**. Comment un pays démissionne de son histoire. Paris: [s.n.], 2006.

ROUSSO, Henry. **La hantise du passé**, entretiens avec Philippe Petit. Paris: [s.n.], 1998.

\_\_\_\_\_. **Vichy, l'événement, la mémoire, l'histoire**. Paris: [s.n.], 2001.

SINGER, Wolf. **Der Beobachter im Gehirn: Essays zur Hirnforschung**. Francfort/M: [s.n.], 2002.

TERRAY, Emmanuel. **Face aux abus de la mémoire**. Arles: [s.n.], 2006.

TRAVERSO, Enzo. **Le passé, modes d'emploi, histoire, mémoire, politique**. Paris: [s.n.], 2005.

WELZER, Harald. **Das soziale Gedächtnis**, Geschichte, Erinnerung, Tradierung. Hambourg: [s.n.], 2001.

\_\_\_\_\_. **Das kommunikative Gedächtnis**, Eine Theorie der Erinnerung. Munich: [s.n.], 2002.

WIEVIORKA, Annette. **L'ère du témoin**. Paris: [s.n.], 1998.